

HUGO NIGRO MAZZILLI

Professor Emérito da Escola Superior
do Ministério Público de São Paulo.

**INTRODUÇÃO AO
MINISTÉRIO PÚBLICO**



9ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP

CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Capa Leon Denis Matheus

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Acobamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

ISBN 978-85-02-61611-0

Mazzilli, Hugo Nigro

Introdução ao Ministério Público / Hugo Nigro Mazzilli.
— 9. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Ministério Público - Leis e legislação - Brasil
I. Título.

CDU-347.963(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Ministério Público :
Direito processual 347.963(81)(094)
2. Leis : Ministério Público : Brasil :
Direito processual 347.963(81)(094)
3. Lei Orgânica do Ministério Público :
Brasil : Direito processual 347.963(81)(094)

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Accesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem o prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

106.883.009.001

967310

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 9ª edição</i>	15
<i>Siglas e abreviaturas</i>	17

CAPÍTULO 1

ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional	35
2. Raízes remotas	36
3. Origem mais mencionada	36
4. Origens lusitanas do Ministério Público brasileiro	37
5. Conclusão sobre as origens da instituição	37
6. Origem da expressão “Ministério Público”	38

CAPÍTULO 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias39
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores.....41
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público43
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União43
5. O Ministério Público paulista43

CAPÍTULO 3

VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A formação profissional do promotor de Justiça47
2. O recrutamento do promotor de Justiça48
3. Campo de atuação do Ministério Público.....50
4. As primeiras dificuldades do promotor de Justiça.....51
5. Destinação institucional52
6. A presença social do Ministério Público53
7. O Ministério Público e a ética55
 - a) Os deveres, as proibições e os impedimentos55
 - b) Os preceitos éticos.....55

CAPÍTULO 4

TRABALHOS PREPARATÓRIOS

PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Origens próximas do texto constitucional de 1988.....57
2. Antecedentes da *Carta de Curitiba*58
 - a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público.....58

b) A pesquisa da Conamp.....	58
c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais...	59
3. A <i>Carta de Curitiba</i>	60

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1. Visão geral.....	64
2. Posicionamento constitucional.....	66
3. Dispositivos comuns.....	67
4. Conceito	68
a) Instituição permanente.....	68
b) Zelo das principais formas de interesse público.....	68
c) O Ministério Público e a função jurisdicional.....	69
d) A defesa da ordem jurídica	70
e) Ministério Público e democracia.....	70
f) Defesa dos interesses indisponíveis.....	71
5. Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência.....	72
a) Generalidades	72
b) Os limites da independência funcional	74
c) A atuação uniforme da instituição	75
6. O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral.....	75
a) O promotor natural	75
b) O poder de designar	76
c) A recusa do designado	78
d) Controvérsias sobre as diligências no inquérito policial ...	78
7. Hierarquia e independência	79
8. Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo	80
9. Autonomia institucional	80

a) A autonomia funcional da instituição	81
b) Autonomia administrativa e financeira	81
c) A excoutoriedade dos atos	83
d) Iniciativa do processo legislativo	84
10. Os vários Ministérios Públicos	85
a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados	85
b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	85
c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar	85
11. O Ministério Público de Contas	86
12. O procurador-geral da República	86
a) Quem pode ser procurador-geral da República	87
b) Destituição do procurador-geral da República	87
c) Substituição do procurador-geral da República	88
13. Os demais procuradores-gerais	89
a) A investidura	89
b) A vacância do cargo	90
c) A destituição	90
d) A substituição	93
e) Apreciação conclusiva	93
14. Litisconsórcio de Ministérios Públicos	94
15. Organização, atribuições e estatuto	94
16. Garantias e prerrogativas	96
a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural	98
b) Vitaliciedade e perda do cargo	100
c) Irredutibilidade de subsídios	102
d) A questão do teto remuneratório	104
e) Foro por prerrogativa de função	105
f) Promoção	110
g) Aposentadoria	113
h) Direitos previdenciários	113
i) Responsabilidade	113
17. Vedações	114

a)	Generalidades	114
b)	Recebimento de honorários ou custas	114
c)	Exercício da advocacia	115
d)	Participação em sociedade comercial	115
e)	Outra função pública	116
f)	Atividade político-partidária	118
g)	Recebimento de auxílios ou contribuições	120
h)	Exercício posterior da advocacia	120
i)	A chamada Lei da Mordada	121
j)	Limites à medida provisória	121
k)	Impedimento e suspeição	122
l)	Sanções aos membros do Ministério Público	122
18.	Crítica ao sistema de garantias e vedações	123
a)	Escolha do procurador-geral	123
b)	Inamovibilidade	123
c)	Irredutibilidade de subsídios	124
d)	Vedações	125
e)	Redução de garantias pelo poder constituinte derivado ...	125
19.	A opção pelo regime anterior	126
20.	A isonomia de subsídios	126
a)	Generalidades	126
b)	Cargos	127
c)	Agentes	127
d)	Funções	128
e)	Atributos gerais	128
21.	Funções típicas	128
22.	Funções atípicas	128
23.	Objetivo comum nas funções típicas e atípicas	131
a)	Generalidades	131
b)	O Ministério Público é parte imparcial?	132
24.	Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional	133
a)	Ação penal pública	133
b)	O defensor do povo	139

c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil	142
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva	145
e) Defesa dos interesses das populações indígenas	146
f) Notificações e requisições	148
g) Acesso a informações sigilosas	150
h) Controle externo da atividade policial	150
i) Norma de encerramento	154
j) Legitimação concorrente	154
k) Distribuição de processos	155
25. Vedação de promotor <i>ad hoc</i>	155
26. Residência na comarca	156
27. Concurso de ingresso	157
28. A representação da Fazenda	160
29. Dispositivos extravagantes	160
30. O chamado <i>quinto constitucional</i>	162
31. O Conselho Nacional do Ministério Público	163
32. As Ouvidorias do Ministério Público	168
33. A legislação sobre o Ministério Público	169
34. Conclusão	169

CAPÍTULO 6

A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	172
a) Antecedentes legislativos	172
b) A natureza jurídica da LONMP	172
c) Consequências da Lei n. 8.625/93	173
2. Conceituação de Ministério Público	174

3.	Disposições gerais da Lei n. 8.625/93	175
4.	Órgãos do Ministério Público	175
5.	Órgãos de administração	175
	a) A Procuradoria-Geral de Justiça	176
	b) O Colégio de Procuradores de Justiça	179
	c) O Conselho Superior do Ministério Público	180
	d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público	181
	e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça	182
6.	Órgãos de execução	183
	a) Atribuições comuns	183
	b) O procurador-geral de Justiça	183
	c) O Colégio de Procuradores de Justiça	184
	d) O Conselho Superior do Ministério Público	185
	e) Os procuradores de Justiça	185
	f) Os promotores de Justiça	186
	g) Os atos executórios	188
7.	Órgãos auxiliares	188
	a) Os centros de apoio operacional	188
	b) A comissão de concurso de ingresso	188
	c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional	188
8.	Atividades auxiliares	189
	a) Atividades de apoio administrativo	189
	b) Os estagiários	189
	c) A Comissão Processante Permanente	190
9.	Pluralidade de membros no mesmo feito	190
	a) A posição clássica	190
	b) Insuficiência da solução clássica	191
	c) As atribuições previstas na legislação estadual	192
	d) Um único membro no processo ou procedimento	192
	e) A curadoria especial do réu ausente	194
	f) Critérios para a solução dos conflitos	194
10.	Foro por prerrogativa de função	198
11.	Demais garantias e prerrogativas	199

12. Deveres	204
13. Faltas e penalidades.....	206
a) Infrações disciplinares	206
b) Sanções disciplinares	207
c) As penas em espécie	208
d) A remoção compulsória	210
e) Critérios para aplicar a pena	211
f) A prescrição das infrações disciplinares.....	211
g) A disponibilidade	212
h) O procedimento disciplinar de ofício	213
14. Responsabilidade penal, civil, administrativa e política	213
15. Processo administrativo.....	214
16. Subsídios, vantagens e direitos.....	216
17. Contagem de tempo de serviço.....	217
18. O direito a férias	218
19. Os atos praticados nas férias.....	219
20. Afastamentos do cargo.....	221
21. A carreira.....	222
22. Defesa da União e consultoria das entidades públicas.....	231
23. Justiça Eleitoral	232
24. Justiça Militar Estadual.....	235
25. Atuação junto aos Tribunais de Contas	236
26. Proibição de promotor <i>ad hoc</i>	237
27. Promoção direta de diligências.....	240
28. Conflitos de atribuições.....	242
29. Dia do Ministério Público	245
30. Os vetos	246
31. Impedimento e suspeição.....	247

CAPÍTULO 7
A LEI ORGÂNICA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1. O Ministério Público da União.....	251
2. As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93	252
3. Órgãos do Ministério Público da União.....	260
4. Órgãos do Ministério Público Federal	260
a) A chefia do Ministério Público Federal	261
b) O Colégio de Procuradores da República	261
c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal.....	261
d) As Câmaras de Coordenação e Revisão.....	262
e) A Corregedoria do Ministério Público Federal.....	263
f) Os subprocuradores-gerais da República.....	263
g) Os procuradores regionais da República	264
h) Os procuradores da República.....	264
i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal	265
5. Os outros ramos do Ministério Público da União.....	265
a) A organização do Ministério Público do Trabalho	266
b) A organização do Ministério Público Militar	268
c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	269

CAPÍTULO 8
A LEI ORGÂNICA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1. Antecedentes legislativos	273
2. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público	274

3. Os poderes do procurador-geral	279
4. Organização e estatuto do Ministério Público paulista.....	280
5. A carreira do Ministério Público paulista.....	282
6. Deveres e vedações.....	283
7. Infrações disciplinares.....	284
8. Direitos.....	284
9. Garantias e prerrogativas.....	285
10. Regime disciplinar.....	285
11. Penalidades administrativas.....	286
12. Processo disciplinar.....	288
13. Disposições finais e transitórias.....	289

CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1. O processo penal em geral	291
2. O inquérito policial	292
a) O controle externo da atividade policial.....	292
b) O promotor que investiga os fatos.....	292
c) O arquivamento do inquérito policial junto aos tribunais.....	293
d) A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos.....	294
3. O Ministério Público é parte no processo penal	295
4. <i>A parte imparcial</i>	295
5. Atribuições do promotor de Justiça criminal.....	296
6. Recomendações diversas	297
7. O princípio da titularidade da ação penal	299
8. A ação penal subsidiária	299
9. O processo acusatório	299
10. O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	300

11. Ação penal dependente de representação.....	301
12. A ação penal pública incondicionada	302
13. O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa	303
14. Promotorias especializadas	304
15. Algumas cautelas nos juizados especiais criminais.....	305

CAPÍTULO 10

ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1. O processo civil em geral.....	307
2. A obrigatoriedade da ação civil pública	309
3. A não propositura da ação civil pública.....	309
4. O Ministério Público parte e fiscal da lei	309
5. A obrigatoriedade de assumir a ação	310
6. A desistência pelo Ministério Público	310
7. Desistência e renúncia do recurso.....	310
8. A transação.....	311
9. A obrigatoriedade da execução.....	311
10. Atuação interventiva	312
11. Vinculação ou desvinculação ao interesse.....	312
12. Limites da atuação vinculada	313
13. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte	313
14. Hipóteses de intervenção protetiva	314
15. Promotoria de Justiça cível	314
16. Promotoria de Justiça de falências.....	315
17. Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho.....	316
18. Promotoria de Justiça de família.....	316
19. Promotoria de Justiça da infância e da juventude	317
20. Promotoria de Justiça de registros públicos.....	317

21. Promotoria de Justiça do meio ambiente	318
22. Promotoria de Justiça do consumidor	318
23. Promotoria de Justiça de mandados de segurança.....	318
24. Promotoria de Justiça do patrimônio público e social	319
25. Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo	320
26. Promotoria de Justiça de direitos humanos	320
27. Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal.....	321

CAPÍTULO 11

RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A responsabilidade dos agentes públicos	323
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público	324
3. A atividade opinativa.....	326
4. A questão da responsabilidade por culpa.....	326
5. A ação de responsabilidade civil.....	327
6. A denúncia da lide.....	327
7. A responsabilização por medida provisória.....	327
8. Responsabilidade política	327
9. Litigância de má-fé.....	328
10. Considerações finais e conclusões.....	328
<i>Bibliografia específica</i>	329
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	339